

PROCESSO - A.I. Nº 07840985/96
RECORRENTE - FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
RECORRIDO - RUY CESAR DE ALMEIDA SILVA
RECURSO - REPRESENTAÇÃO DA PGE/PROFIS
ORIGEM - IFMT – DAT/METRO
INTERNET - 14/09/2004

2ª CÂMARA DE JULGAMENTO FISCAL

ACORDÃO CJF Nº 0206-12/04

EMENTA: ICMS. IMPROCEDÊNCIA DA AUTUAÇÃO. CONTROLE DE LEGALIDADE. Representação proposta com base no art. 119, II, da Lei nº 3.956/81 (COTEB), em razão de o autuado ser consumidor final, pessoa não enquadrada na condição de contribuinte do imposto estadual. Representação **ACOLHIDA**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

Trata-se de Representação proposta pela PGE/PROFIS com base no art. 119, II, da Lei nº 3.956/81 (COTEB) para que uma das Câmaras de Julgamento Fiscal do CONSEF, face ao Controle da Legalidade, exercido por aquele órgão, aprecie a referida Representação, uma vez que restou comprovado nos autos a condição de consumidor final do Autuado e não de contribuinte do ICMS.

1. A acusação fiscal do presente Auto de Infração apontou a seguinte irregularidade : mercadorias destinadas a contribuinte não inscrito no cadastro da SEFAZ – BA.
2. As mercadorias apreendidas, conforme descrição do Termo de Depósito de fl. 3 e nota fiscal de fl. 5 ficaram sob a guarda e responsabilidade da firma IMPEMAG – Comércio e Representações Ltda. estabelecida na cidade de Juazeiro-Ba.
3. Expedida Intimação para o ora recorrido, via AR, pela Delegacia de Fiscalização de Mercadorias em Trânsito da SEFAZ-BA., para que o mesmo apresentasse defesa no prazo legal de 30 dias (fls. 6 e 7).
4. Termo de Revelia datado de 16 .10.96 à fl. 8 e encaminhamento à Comissão de Leilões Fiscais para o previsto no art.425 do RICMS (fl. 9).
5. Expedição de Intimação nº 2.587, via AR, para o Fiel Depositário das mercadorias apreendidas para que as entregasse no depósito da DFMT no prazo de 48 horas. (fl. 11).
6. Resposta da IMPEMAG - Com. e Rep. Ltda. à intimação da SEFAZ – DFMT informando que nenhum representante da empresa havia celebrado qualquer termo de depósito com preposto da Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia, esclarecendo que as mercadorias foram entregues a seu efetivo comprador, recolhido o imposto devido, anexando cópia de nota fiscal e alterações de Contrato Social (fls.12 a 17).
7. À fl. 21 dos autos, data de 09.07.1999, consta consulta ao SIDAT que informa a condição de REVEL do autuado.

8. Inscrito o débito na Dívida Ativa no valor de R\$619,56 em 01.12.99, conforme certidão de fl. 25, tendo sido expedida intimação da referida inscrição, via AR, para o autuado, em 29.12.1999.
9. Ajuizada a Execução Fiscal, Processo nº 140.01.843.557-2 perante o Juízo da 3ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Salvador.
10. Ofício da Procuradora da Fazenda Estadual à fl. 35, datado de 27.03.2003, informando à Coordenadora do CODEF que o Executado, ora recorrido, havia juntado, através do Sr. Oficial de Justiça, cópia de requerimento protocolado em 12.09.2000 na INFAZ/Jacobina endereçado ao Diretor da Procuradoria da Fazenda à época, o qual não constava no respectivo PAF. Ressalte-se que o documento referido é o constante de fl. 36 dos autos, carimbado pela Secretaria da Fazenda –Jacobina.
11. No documento referido no item anterior, o ora recorrido requer a anulação do Auto de Infração em questão, alegando que à época da ocorrência as mercadorias autuadas foram adquiridas para 46 (quarenta e seis) ocupantes que pretendiam cercar a área onde mais tarde fundou-se a Associação Agropastoril Fazenda Barreiros e Caratéus. Esclareceu, ainda, que a importância consignada na Nota Fiscal de nº 10.255 foi conseguida pelo Projeto Faminto (INCRA) onde cada Parceleiro recebeu a importância de R\$840,00 (oitocentos e quarenta reais).
12. Na mesma oportunidade esclareceu o recorrido que as mercadorias autuadas *não foram compradas para comercializar e sim para consumo*, pois toda a mercadoria adquirida à época compõe a cerca de fundo de pasto, anexando cópia do Contrato de Assentamento firmado com o INCRA (fl. 38) e recibos das importâncias percebidas e assinados pela companheira do recorrido, Sra. Maria das Graças Dantas (fl. 37).
13. Pedido de Representação junto ao CONSEF formulado pela Assessoria Técnica da PGE/PROFIS através do Auditor Fiscal Dr. Antonio Barros Moreira Filho (fls. 43 e 44), por entender que o Auto de Infração deve ser considerado Improcedente.
14. Foram anexados aos autos, nos seus originais, a defesa e documentos de fls. 45 a 58, já referidos e constantes dos autos por cópia.
15. À fl. 59 dos autos consta informação do INFAZ/JACOBINA dirigida à REPROFAZ/JUAZEIRO, nos seguintes termos, *in verbis*:

"Considerando que a operação realizada à época, não configurava qualquer ilícito fiscal, posto que a mercadoria fora adquirida para consumo de assentados em projeto de reforma agrária do Governo Federal, solicitamos vossos préstimos no sentido de desonerar-se o peticionário por absoluta falta de amparo legal à constituição do crédito tributário".
16. A procuradora da PGE/PROFIS de fls. 63/64 representa ao CONSEF pela improcedência da exigência fiscal feita no presente processo, ressaltando a ocorrência, *in casu*, de flagrante ilegalidade.

VOTO

Pelo ACOLHIMENTO da Representação, em face da robustez das provas apresentadas pelo recorrido dúvidas não existem de que o Auto de Infração se reveste de ilegalidade, ensejando a sua total improcedência.

Restam, assim, comprovados nos autos os danos materiais e morais causados pelo Fisco ao recorrido com uma Ação Fiscal iniciada em 18.07.1996 e só agora chegando ao seu termo final, e mais uma ação de Execução Fiscal ainda em andamento.

Em conclusão VOTO pela IMPROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 2ª Câmara de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, **ACOLHER**, a representação proposta.

Sala das Sessões do CONSEF, 23 de agosto de 2004.

TOLSTOI SEARA NOLASCO - PRESIDENTE

MARIA DO CARMO SANTANA MARCELINO MENEZES - RELATORA

MARIA DULCE HASSELMAN RODRIGUES BALEEIRO COSTA – REPR. DA PGE/PROFIS